

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

Aos 05 dias do mês de novembro de 2004, no Salão do Atibaia Residence Hotel, em Atibaia - SP, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), registrando-se a participação de 120 pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme lista de presença anexa, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Cláudio Antônio de Mauro - prefeito de Rio Claro e presidente dos Comitês PCJ; Eduardo Lovo Paschoalotti - representante da ÚNICA e vice-presidente dos Comitês PCJ; Luiz Roberto Moretti - Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário-executivo dos Comitês PCJ; José Roberto Tricoli, Prefeito reeleito do município de Atibaia; Barjas Negri, Prefeito eleito do município de Piracicaba; Laércio Betarelli, Prefeito eleito do Município de Elias Fausto; Rui Brasil Assis, representante da Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento; Antonio Carlos de Mendes Thame, Deputado Federal; Silvio Félix, Prefeito eleito do município de Limeira. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Cláudio de Mauro, presidente dos Comitês PCJ, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e agradeceu ao Prefeito José Roberto Tricoli pela cessão das dependências e convidou a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, o sr. Cláudio de Mauro passou a palavra aos membros da mesa, para suas considerações. **3. Manifestações: 3.1. Prefeito de Atibaia:** O sr. José Roberto Tricoli, cumprimentou a todos e mencionou sua satisfação em acolher todos os presentes e desejou a todos uma boa reunião. **3.2. Deputado Mendes Thame:** Cumprimentou e parabenizou a todos os representantes que têm dado sua inestimável contribuição aos Comitês PCJ, tornando-os ponto de referência na gestão das águas, servindo de paradigma para outras regiões do nosso estado e até do país. Mencionou que torce pelo sucesso do trabalho que está sendo desenvolvido na questão da implantação, o mis breve possível, da cobrança pelo uso da água no nosso estado e nas bacias PCJ. Parabenizou, também, pelo belo trabalho feito nessa gestão, quanto à renovação da Outorga do Sistema Cantareira, elogiado em todo país como uma mudança paradigmática em relação a tudo aquilo que tinha sido caracterizado durante 30 anos, como uma imposição para retirar as águas das bacias PCJ, levando-as para a Região Metropolitana de São Paulo. **4. Informes: 4.1 Secretaria Executiva:** O sr. Luiz Roberto Moretti informou que o quorum para início da reunião dos Comitês PCJ está plenamente estabelecido com a presença de 32 membros do Comitê Estadual (CBH-PCJ) e 29 membros do PCJ FEDERAL. Informou que

recebeu convite do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, para participar de uma reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Planejamento e de Resíduos Sólidos, em São Paulo, no dia 11 de novembro, tendo sido contatados os coordenadores das Câmaras Técnicas de Saneamento e de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ, que confirmaram a presença. Nessa reunião serão discutidos indicadores de qualidade de água distribuída, indicadores de esgotos tratados, indicadores de risco de recursos hídricos, entre outros temas. Outro informe é sobre o crescente número de acessos ao site dos Comitês PCJ, que atingiu cerca de 6.000 acessos por mês, considerando informações de março até novembro de 2004, demonstrando o grande interesse pelas questões que são tratadas no comitê. Informou que os Comitês receberam solicitação do DAIA, para que se manifestem sobre a duplicação da Rodovia Marechal Rondon, no trecho entre Jundiá e Tietê, sendo encaminhada cópia, em meio magnético, do EIA-RIMA desse empreendimento. Mencionou que a CT-PL já constituiu um grupo de análise inicial desse empreendimento e dará encaminhamento às análises solicitadas. Também comunicou que recebeu outro ofício do DAIA, relativo à AmBev, de Jaguariúna, pois em 2002, o Comitê fez uma deliberação solicitando que algumas providências constassem na Licença Ambiental Prévia, que foi emitida em junho de 2004, mas foi constatado que houve um equívoco na emissão da Licença. Foram feitas as tratativas junto com a Secretaria do Meio Ambiente, a fim de corrigir o equívoco, e esta encaminhou um novo ofício trazendo, anexa, a nova licença, acatando integralmente as deliberações dos Comitês PCJ. Outro informe foi sobre os trabalhos já realizados pelo GT-Cobrança, constituído para estudar e definir a forma de implantação da cobrança nas bacias PCJ. O grupo já realizou 2 oficinas, 3 reuniões e os encaminhamentos necessários para trazer, já no início do próximo ano, uma proposta para discussão no âmbito dos Plenários dos Comitês PCJ. Mencionou que o GT-Cobrança, depois de analisar diversas alternativas, estará trazendo uma proposta de implementação da cobrança pelo uso das águas nos rios de domínio da união e implementação da cobrança, na forma de um acordo regional, nos rios de domínio do estado de SP, até que seja aprovada a lei estadual da cobrança nos rios de domínio do Estado de São Paulo. O sr. Moretti informou que houve uma alteração na coordenação da Câmara Técnica do Plano de Bacias, por conta da saída da Eng.ª Rita de Cássia Lorenzi, do DAEE, e que ele está assumindo interinamente a coordenação daquela Câmara. Mencionou que naquela Câmara existem 3 Grupos de Acompanhamento, um do Plano de Bacias, outro do Relatório de Situação 2002/2003 e outro do Relatório de situação 2004, e que para facilitar o andamento dos trabalhos, ficou estabelecido que cada Grupo teria uma coordenação própria, ficando a SABESP, com a coordenação do Grupo de Acompanhamento do Plano, por ela ser também a

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

entidade tomadora dos recursos do FEHIDRO para o referido Plano; o Consórcio PCJ, que é a entidade tomadora de recursos do FEHIDRO para o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2002-2003, assumiu a coordenação do respectivo Grupo de Acompanhamento e o DAEE, assumirá a coordenação do Grupo de Acompanhamento do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2004, juntamente com o DAE de Rio Claro, que é a entidade tomadora dos recursos para o referido Relatório. Mencionou que com relação à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, esteve participando de reunião no dia 14 de outubro passado, em Araraquara, juntamente com todos os comitês da bacia do Tietê. Informou que para essa reunião do dia 14, o CORHI, que coordena o Plano Estadual, enviou antes, uma relação de programas pedindo para que fosse feita a hierarquização dos programas para serem apresentados naquela ocasião. Esclareceu que houve uma reunião da CT-PB, que se posicionou contrária à solicitação do CORHI, considerando que o Comitê PCJ é o único que contratou a elaboração do Plano de Bacias 2004-2007 e que não seriam algumas pessoas na CT-PB que fariam essa hierarquização e depois submeteriam ao Plenário dos Comitês PCJ para aprovação. Mencionou que está sendo negociada uma revisão dos cronogramas de elaboração para que os Comitês PCJ possam ter tempo, dentro da elaboração do nosso Plano de Bacias, de avaliar, discutir, hierarquizar, e aprovar os programas para a inclusão no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Informou que a Agência Nacional de Águas – ANA, solicitou a indicação de representantes, titular e suplente, dos Comitês PCJ, por conta da assinatura do Convênio de Integração, originado quando da renovação da Outorga do Sistema Cantareira. Esclareceu que esse convênio foi assinado pelo governador do Estado de São Paulo, pelo governador de Minas Gerais, pelo diretor-presidente da ANA e pelo presidente dos Comitês PCJ e que consta nesse convênio a constituição de um grupo técnico que vai coordenar a elaboração dos trabalhos, nele previstos para serem realizados, e será composto por um representante titular e um suplente de cada um dos convenientes. Esclareceu que, com relação à operação do Sistema Cantareira, prevista na nova outorga, ela está se procedendo exatamente como consta na nova outorga, onde mês a mês, ANA e o DAEE, comunicam aos membros da CT-MH e à SABESP quais são as vazões limites que podem ser retiradas de acordo com as regras estabelecidas na outorga e a CT-MH se reúne na última semana de cada mês, onde é feita uma avaliação e proposta das vazões que serão descarregadas. Tal proposta é enviada para o presidente dos Comitês PCJ, que manda uma comunicação para a ANA e para o DAEE, dizendo que aquela é a proposta da CT-MH que vai ser acolhida e que os volumes não usados ficam armazenados nos próprios reservatórios do Sistema Cantareira tanto para a SABESP quanto para os Comitês PCJ. Informou que esteve participando

de 2 reuniões da Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e foi feito convite para que aquela Câmara fizesse uma reunião nas bacias PCJ, sendo aceito esse convite, agendando-se a reunião para os dias 24 e 25 de novembro. E por fim, anunciou a realização do VII Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro, pela ABES Nacional, por meio da subseção do Estado de São Paulo, cujo tema é: “Projetos sócio-econômicos” e convida a todos para participarem, pois o evento contará com a presença de representantes da Caixa Econômica Federal que trarão um manual novo que está sendo lançando, com linha de financiamento para projetos relativos a resíduos sólidos. **4.2. da Presidência:** O sr. Cláudio de Mauro informou que recebeu um ofício da chefia de gabinete da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos fazendo a substituição da representação do sr. João Bosco Senra, pelo Sr. Márley Caetano de Mendonça, presente nesta reunião. Informou que recebeu uma carta da ANA informando que os Comitês PCJ não estão credenciados a participar do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, por não estarem cumprindo o cronograma para implantação da cobrança proposto, e que é pré-requisito para participar do PRODES. No entanto, explicou que está sendo preparada uma resposta que deverá ser entregue pessoalmente ao Presidente da ANA, além de enviar por e-mail, por fax e por correio, demonstrando, primeiramente, a surpresa pela posição da ANA, e em segundo lugar a indignação em relação a esse comunicado, porque, aparentemente, o diretor-presidente da ANA não se lembra que assinou, neste ano, em agosto, juntamente com os Comitês PCJ; com o Governo do Estado de Minas Gerais, e com o Governo do Estado de São Paulo, um convênio de integração, em que define a implantação da cobrança pelo uso da água, com previsão para o final do segundo trimestre de 2005. Portanto, há um compromisso formal entre os envolvidos restabelecendo o cronograma, a partir da assinatura desse instrumento. Outro informe é que está sendo realizado na cidade de Campinas, desde o dia 03 de novembro, um seminário internacional de parasitologia e de relação entre água para captação, para abastecimento das cidades, e os riscos de contaminação com bactérias e vírus emergentes, pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ (CT-SAM). Na seqüência passou a palavra para a coordenadora da CT-SAM, sra. Lívia F. Agujaro, que explicou que o evento foi uma parceria que a CT-SAM e os Comitês PCJ fizeram com o Ministério da Saúde, com a realização de uma oficina para trabalhar alguns aspectos da revisão da Portaria MS 518. O sr. Cláudio de Mauro, continuou os informes lembrando que esteve no dia de ontem, em São Paulo, na Escola Superior do Ministério Público, onde está havendo um curso sobre água e Comitês de Bacias Hidrográficas e foi como presidente dos Comitês PCJ proferir palestra sobre o assunto. Mencionou que continua participando do grupo de

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

trabalho que é coordenado pela Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento para a gestão do Sistema Cantareira. Informou que esse grupo está analisando a proposta de trabalho que está sendo desenvolvida pela Universidade de São Paulo, para um programa de computador, com informações muito precisas a respeito de água, das quantidades em diversos pontos do rio Piracicaba e dos seus principais afluentes, e ficou decidido que a questão da qualidade da água também deve entrar e os estudos estão já bastante avançados, bem como já tem um curso preparado para os dias 10 e 11 de novembro, na USP, e foi divulgado para a CT-MH, para escolher os seus representantes para participarem do treinamento e que, futuramente, poderá ser estendido para outros interessados dos serviços de água e câmaras técnicas. Informou que foi feita reunião com representantes da SHS Consultoria, empresa que está elaborando o Plano de Bacias 2004-2007, em Rio Claro, juntamente com a Secretaria Executiva e com a Vice-presidência dos Comitês PCJ, para definir algumas diretrizes de encaminhamento desse processo, que demanda presença e participação de todo comitê e solicitou a participação de todos nas atividades que estão agendadas pela CT-PB, para que seja elaborado um Plano de Bacias com qualidade. **5. Assuntos a Deliberar: 5.1. Leitura e Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês PCJ:** O presidente dos Comitês PCJ, sr. Cláudio de Mauro, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês PCJ, que teve a sua 1.ª parte realizada em Piracicaba, no dia 30/07/2004 e a sua 2.ª parte realizada em Campinas, em 05/08/2004. Dispensou-se a leitura da ata por ter sido encaminhada anteriormente. O sr. Flávio Gordon, da ANEDE, questionou o fato de não constar na Ata a sua apresentação de justificativa de ausência. O sr. Cláudio de Mauro informou que o registro das presenças e justificativas de ausências são feitas em lista de presença anexa e não constam da ata. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a minuta da Ata apresentada, sendo aprovada por unanimidade, na íntegra. **5.2. Aprova ato do sr. Presidente do CBH-PCJ, relativo à alteração de objeto para aplicação dos recursos do FEHIDRO provenientes da contribuição financeira da AmBev/Jaguariúna tomado com base no inciso V do Artigo 11 do estatuto do CBH-PCJ – Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 147/2004:** O sr. Moretti informou que essa deliberação está sendo colocada porque a manifestação inicial do Comitê foi no sentido de que o artigo da deliberação de 2002, que tratou desta questão da AmBev, previa que os recursos, no valor de R\$1.200.000,00, deveriam ser aplicados na construção da ETE de Jaguariúna, localizada na bacia do rio Camanducaia. Mencionou que de 2002 até 2004, a Prefeitura fez e já inaugurou a referida ETE, não tendo como aplicar os recursos da AmBev. Esclareceu que a

295 deliberação é no sentido de modificar o objeto, pois foi contatada a CETESB de Campinas e a Prefeitura de Jaguariúna, pois a ETE está pronta, mas ela tem uma capacidade suplementar que poderia, se for executada uma elevatória para levar o esgoto da bacia do Jaguari para essa ETE e tratar 100% dos esgotos de Jaguariúna. Mencionou que a alteração feita foi no sentido de que os recursos possam ser utilizados para o fim exclusivo de ampliação do sistema de coleta, (coletores tronco, interceptores, estações elevatórias), afastamento (emissários, estações elevatórias) e tratamento de esgotos de Jaguariúna. Mencionou que essa foi a alteração solicitada pelo DAIA, quando estava revendo a Licença da AmBev. Explicou que houve um engano na emissão da Licença em termos dos valores, que em vez de R\$1.200.000,00 saiu R\$600.000,00 e como não havia tempo de esperar a reunião para fazer o informe ao DAIA, o presidente dos Comitês PCJ já fez um ofício, que encaminhou ao DAIA, e agora está pedindo o referendo do Plenário para esta atitude tomada. Com a palavra o sr. Francisco Lahóz, do Consórcio PCJ, informou que não são apenas estes R\$ 1.200.000,00 que nós estaremos recebendo, pois na mesma ocasião a CT-RN fez uma sugestão, para que o Consórcio PCJ recebesse, da AmBev, recursos para a produção de mudas na bacia do Jaguari. Como houve o equívoco na Licença, o valor depositado foi de R\$80.000,00, que após retificação passou para R\$180.000,00. Mencionou que, assim como está sendo necessária a retificação do objeto para viabilizar a aplicação dos recursos nas obras de Jaguariúna, esse recurso do Consórcio é destinado para a produção de mudas, só que no momento o problema da bacia do Jaguari não é produção de mudas, pois o próprio Consórcio tem ainda 150.000 mudas, que foram disponibilizadas pela SABESP, e está a disposição de todos. Mencionou que a grande dificuldade no momento é o plantio dessas mudas. A sugestão é que se acrescente à produção de mudas, o termo plantio de mudas. Sugeriu que o próprio Consórcio PCJ faça o projeto, que já está quase pronto, e depois encaminhe para avaliação da CT-RN, que o analisará, fazendo os ajustes que julgar necessários. Foram feitas considerações pelos senhores Nelson Barbosa, do Sindicato Rural de Campinas e Hugo M. P. Leme, da ASSEMAE. Sem outras manifestações foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 147/2004, com a inclusão de um Artigo 2º, considerando que fica aprovada a possibilidade de aplicação dos recursos financeiros provenientes da contribuição da AmBev/Jaguariúna, para a produção e o plantio de mudas de espécies vegetais para serem utilizadas em recomposição de matas ciliares, na bacia hidrográfica do Rio Jaguari e um parágrafo único considerando que o plantio das mudas de espécies vegetais, previsto no caput deste artigo, deverá ser precedido de projeto, a ser elaborado pelo Consórcio PCJ, que deve ser submetido à análise e aprovação da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), dos Comitês , sendo a

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

mesma aprovada por unanimidade. **5.3. Define cronograma de atividades para hierarquização de projetos para indicação visando obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO, referentes ao orçamento de 2005, e dá outras providências – Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 148/2004 e seus Anexos I, II e III:** O sr. Moretti fez a leitura e explicação de cada um dos considerandos apresentados na minuta de deliberação em questão. Mencionou que foi um trabalho bastante intenso da CT-PL, no sentido de reformatar as deliberações que já existiam no âmbito do comitê a respeito desta questão. Mencionou que no artigo 1º, a proposta da CT-PL estabelece um cronograma para a pré-inscrição, análise, inscrição e deliberação do Plenário do CBH-PCJ. Informou que o processo será iniciado no dia 8 de novembro com a inscrição para pré-qualificação e será concluído no dia 31 de março, com a reunião do Plenário do Comitê, para deliberação da indicação de projetos, dentre outros assuntos. Informou que a Deliberação coloca apenas os aspectos gerais do assunto e cronograma e, no anexo I, constam todos os critérios de pontuação para aqueles que se inscreverem, a exemplo dos anos anteriores. Foram explicadas todas as alterações feitas nos critérios gerais e específicos em relação ao ano anterior. Esclareceu que os programas a serem financiados continuam os mesmos, apenas foi retirado o programa relativo a resíduos sólidos, pois o FEHIDRO não o financia mais. Foram alterados alguns valores limites de projetos e na questão da pontuação, foram incluídos três itens de pontuação, um relacionado com a participação e o estágio de andamento do Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos, realizado pelo CEPAM; o outro, relacionado com projetos de educação ambiental; e o terceiro, a pontuação para os municípios que assinarem o Termo de Adesão ao Termo de Compromisso do Sistema Cantareira. Mencionou que o terceiro item foi considerado este ano como proposta de pontuação e a partir de 2006 será considerado item excludente: quem não assinar não terá direito aos recursos do FEHIDRO e nem da cobrança pelo uso da água. Mencionou que na questão do serviço de recomposição florestal foi incluído, em termos de critério de pontuação, os critérios do Plano de Recomposição que está sendo conduzido, pela CT-RN. Com a palavra o sr. Sérgio Razera, do Consórcio PCJ, solicitou a inclusão na página 15, artigo 9º, item “A”, justificando que muito embora tenha participado do subgrupo que propôs a modificação das regras, gostaria de incluir como projetos de caráter regional, as campanhas de uso racional da água, que o comitê já vem realizando, principalmente na CT-MH, há alguns anos, em parceria com os municípios, a SABESP e o Consórcio. Colocada em votação a solicitação apresentada pelo Consórcio PCJ, a mesma foi aprovada por unanimidade. O sr. Francisco Piza, da SABESP, solicitou alteração no item A do artigo 2.º, onde menciona valores limites para estudos e projetos, para que no caso de Planos Diretores

de Perdas e Projetos de Setorização de Redes, sejam criados novos limites de acordo com a população do município, porque os municípios maiores não conseguem fazer seus Planos dentro dos limites estabelecidos. O sr. Moretti justificou os valores estabelecidos, pela CT-PL, tanto para estudos e projetos em geral como para obras, considerando que são razoáveis no sentido de permitir que o maior número possível de empreendimentos e de tomadores possam ser contemplados, não naquilo que todo mundo gostaria mas pelo menos uma parte do empreendimento. Na seqüência, o sr. Piza retirou a sua proposta. A sra. Marilda Moraes, da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, questionou quanto às pontuações estabelecidas no Artigo 10, item 4 – “Contrapartida oferecida”, alegando que nos anos anteriores para contrapartida acima de 20% existia uma pontuação mínima e neste ano está zero. Solicitou a possibilidade de reverter o critério colocando uma pontuação um pouco maior para quem oferecer um pouco mais que 20%, até 30%. O sr. Moretti justificou que essa discussão surgiu na CT-PL e que primeiro, foi aumentado o limite do valor global da obra que antes era R\$ 500 mil e agora é R\$ 1 milhão. Esclareceu que aumentando o limite para R\$ 1 milhão, o máximo que o FEHIDRO financiará é R\$ 400 mil, nesse caso a mínima contra partida oferecida é de 60%. Explicou que a intenção é que se contemple mais empreendimentos, pois nesse ano pode ser que se tenha menos recursos do que no ano passado, e mais pedidos. Após as justificativas, a sra. Marilda retirou a sua proposta. Sem outras manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 148/2004 e seus anexos I, II e III, incluída a proposta do Consórcio PCJ, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **5.4 Aprova Termo de Cooperação entre o Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais - DAIA e os Comitês PCJ e dá outras providências. - Minuta de Deliberação Conjunta nº 014/2004:** O sr. Luiz Roberto Moretti, iniciou o assunto informando que, por solicitação do DAIA, o CBH-PCJ já se manifestou sobre a implantação de diversos empreendimentos nas Bacias PCJ, por ocasião dos respectivos licenciamentos junto àquele órgão e que há a necessidade de se estabelecer uma sistemática para a análise dos empreendimentos enviados pelo DAIA, para manifestação dos Comitês PCJ. Relatou que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento e que, durante as discussões ocorridas, houve a participação de representantes do DAIA. Mencionou que essa Deliberação aprova um Termo de Compromisso com o DAIA para análise de empreendimentos, constante do anexo I e um fluxograma de encaminhamentos, constante do Anexo II. Foram feitas considerações pela sra. Cláudia Grahber, da ELO Ambiental; pelos senhores Marco Pareja, da Preservação; André Elia Neto, da Coopersucar; Petrus B. Weel, da Prefeitura Municipal de Holambra, e Francisco Piza, da SABESP. A sra.

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

Neuza Marcondes, representante do DAIA, solicitou que se altere a redação dos itens 1, 2 e 3 do Anexo I, da Deliberação Conjunta 014/2004, onde menciona "... que tenha interferência direta em recursos hídricos", que se acrescente "...que tenha interferência direta e significativa em recursos hídricos". A solicitação foi acatada pelo Plenário. Sem outras manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 014/2004, sendo aprovada por unanimidade, com a inclusão da alteração feita pela representante do DAIA. **5.5. Aprova calendário e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2005/2007 - Minuta de Deliberação Conjunta 015/2004 e Anexos I e II:** O sr. Moretti explicou que na Deliberação Conjunta 015/2004, constam: a proposta de cronograma para o processo eleitoral; a constituição da comissão eleitoral, onde deverão ser indicados representantes de todos os segmentos/setores, e informações de ordem geral. Mencionou que no Anexo I consta o Edital de Convocação para o processo eleitoral dos Comitês PCJ – mandato 2005/2007, e no Anexo II, constam os procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação de representantes no plenário dos Comitês PCJ. Foram feitas considerações e questionamentos pelos Senhores Marley Mendonça, da Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Dalto F. Brochi e Sérgio Razera, ambos do Consórcio PCJ; Wilson Bonança, do Sindicato Rural de Jundiá; e Hugo M. P. Leme, da ASSEMAE/Piracicaba. Todos os questionamentos e esclarecimentos foram devidamente respondidos. Na seqüência, foi solicitada a indicação de representantes dos segmentos/setores dos Comitês PCJ para comporem a Comissão Eleitoral para o processo eleitoral – mandato 2005/2007. Além do Presidente dos Comitês PCJ, que será o seu coordenador e do Secretário-executivo Comitês PCJ, foram indicados como representantes: três representantes do setor "Usuários": a) CIESP/ Piracicaba; b) Sindicato Rural de Rio Claro; e c) ASSEMAE; três representantes do setor "Sociedade Civil": a) Consórcio PCJ; b) Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente – SORIDEMA, e c) Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira; um representante dos municípios do Estado de São Paulo: Prefeitura Municipal de Atibaia; um representante dos municípios do Estado de Minas Gerais: Prefeitura Municipal de Extrema; um representante do Governo Federal: será consultada a Agência Nacional de Águas – ANA; um representante do Governo do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento – SERHS; um representante do Governo do Estado de Minas Gerais: será consultada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. Sem outras manifestações do Plenário, foram colocados em votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 015/2004, e seus Anexos I e II, sendo aprovados por unanimidade,

na forma apresentada e com as indicações feitas. **5.6. Aprova proposta de Termo de Compromisso previsto no Artigo 15 da Portaria DAEE 1213/2004, referente à Outorga do Sistema Cantareira - Minuta de Deliberação Conjunta nº 016/2004 e seus Anexos I e II:** Com a palavra o sr. Moretti explicou que na Deliberação Conjunta 016/2004, constam considerando e artigos aprovando os Anexos I e II, que são, respectivamente, a proposta do Termo de Compromisso e do Termo de Adesão, que serão encaminhados ao DAEE, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único, do Artigo 15, da Portaria DAEE nº 1213, de 6 de agosto de 2004, referente ao Sistema Cantareira. Foram lidos, discutidos e esclarecidos os referidos Termos, na íntegra. Foram feitas considerações e questionamentos pelos senhores Francisco Piza, da SABESP; Eduardo Paschoalotti, vice-presidente dos Comitês PCJ e representante da ÚNICA; Petrus Weel, da Prefeitura Municipal de Holambra; Rafael Machado, da SHS Consultoria; Nelson Barbosa, do Sindicato Rural de Campinas; Ana Maria Pereira, da Prefeitura Municipal de Mairiporã; Fernando Iório Carbonari, representante da Secretaria de Meio Ambiente e da CETESB; Ângelo Petto Neto, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira; Marley Mendonça, da Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Celso Figueiredo, consultor na área de Saneamento. Sem outras manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 016/2004, mantendo-se em separado dos anexos I e II, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. Na seqüência, foram colocados em votação os Anexos I e II. Primeiramente no Anexo I, nas cláusulas Primeira e Terceira foram apresentadas as propostas da SABESP, para que se viabilizem a implantação e operação de Sistemas de Afastamentos, Tratamento e Disposição Final de Esgotos Urbanos, contemplando, no mínimo, 95% de tratamento de esgotos coletados. Após discussões e colocada em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Foram apresentadas as propostas de inclusão de mais duas cláusulas, uma contemplando o prazo de validade, que pelas discussões seria o tempo da outorga do Sistema Cantareira e outra cláusula prevendo a publicação para dar publicidade. Colocadas em votação, ambas foram aprovadas por unanimidade. Outra proposta apresentada é de, na cláusula 1ª, se incluir um parágrafo 5º, com a redação elaborada e escrita pelo sr. Francisco Piza, da SABESP: "para o período de 2014 a 2024, a meta de atendimento de tratamento de esgotos será de 100% dos esgotos coletados". O sr. Cláudio de Mauro, presidente dos Comitês PCJ, mencionou que a proposta contradiz com a já apresentada, que prevê ajustes e a proposição de cronogramas para atendimento dos 5% restantes no índice de tratamento, dentro do período da outorga, ou seja, no limite máximo de 10 anos. As duas propostas foram defendidas. Foi colocada em votação a proposta do Sr. Francisco Piza, da

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

- 590 SABESP, sendo a mesma rejeitada, com apenas 2 votos favoráveis. Sem manifestações quanto à proposta do Anexo II, Termo de Adesão ao Termo de Compromisso, a mesma foi colocada em votação, sendo aprovada, com 2 abstenções. **5.7. Cria o GT-Cantareira no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico - Minuta de Deliberação Conjunta nº 017/2004:** O sr. Moretti explicou os considerandos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 017/2004, que a prova a criação de um Grupo, denominado GT-Cantareira, para o acompanhamento do cumprimento das ações previstas na Portaria de Outorga do Sistema Cantareira, relativas à operação de monitoramento, elaboração e acompanhamento de estudos relativos ao Sistema Cantareira, destacadamente aquelas em que na Portaria DAEE 1213, de 06/08/04, não foi prevista a participação do Comitê e mencionou que a deliberação define as atribuições do Grupo. Sem manifestações do plenário, a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 17/2004, foi colocada em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.8. Moção nº 007/2004, ao DAEE e à CETESB:** O sr. Moretti explicou os termos da Moção 007/2004, onde os Comitês PCJ solicitam ao Superintendente do DAEE e ao Presidente da CETESB, que propiciem a participação dos Comitês PCJ em todas as questões relativas à operação, monitoramento, elaboração e acompanhamento de estudos relativos ao Sistema Cantareira, destacadamente naquelas em que, na Portaria DAEE nº 1213, de 06 de agosto de 2004, não foi prevista tal participação. Sem manifestações do Plenário, foi colocada em votação a Moção nº 007/2004, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.9. Aprova Parceria entre a Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Minuta de Deliberação Conjunta 018/2004:** O sr. Moretti explicou os termos da minuta de Deliberação apresentada, onde a Secretaria do Meio Ambiente – SMA, possui recursos a fundo perdido para a implementação de um projeto que prevê o desenvolvimento de uma série de ações dentro um programa de recuperação de matas ciliares, de abrangência estadual, dentre estas a implantação de projetos demonstrativos em cinco bacias hidrográficas, incluindo as bacias PCJ. A proposta foi apresentada pela SMA para desenvolver o Programa de Recuperação de Matas Ciliares em parceria com os Comitês PCJ, junto a CT-RN, que analisou a proposta e aprovou metodologias para a definição dos critérios para seleção de microbacias para implementação de projetos e constituiu grupo selecionando 3 representantes do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor de Reflorestamento, para acompanhar o Programa de Recuperação de Matas Ciliares em parceria com a SMA e, após, submeteu o assunto à CT-PL. Sem manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 018/2004, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.10. Aprova a indicação de representantes dos Comitês PCJ na Comissão Executiva Regional do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CER-PNRH) - Minuta de Deliberação Conjunta 019/2004:** O sr. Moretti explicou que o Comitê recebeu Ofício Circular nº 102/2004/CNRH/MMA, de 30/09/2004, solicitando a indicação de representantes, titular e suplente, dos Comitês PCJ na Comissão Executiva Regional do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Esclareceu que já foi indicado como titular o sr. Luiz Roberto Moretti, e como suplente a sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, pelo Presidente dos Comitês PCJ, por não haver tempo hábil para aguardar essa reunião, face ao prazo estabelecido no referido Ofício. O sr. Cláudio de Mauro mencionou que a proposta é de oficializar as indicações, ou seja, a proposta é que nesta Deliberação se indique, como titular, o coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias, que está sendo exercida, interinamente pelo sr. Luiz Roberto Moretti, e como suplente, um membro da CT-PB, por ela indicada. Sem manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 019/2004, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.11. Aprova o cancelamento da indicação do tomador e do empreendimento referentes ao Contrato FEHIDRO 323/2003, de 18/12/2003 - Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 149/2004:** O sr. Moretti explicou que, anteriormente, foi aprovada a indicação de recurso do FEHIDRO para elaboração do Relatório de Situação 2003, e que estava em andamento o Relatório de Situação 2001-2002. Mencionou que, como houve um atraso na assinatura do Contrato do Relatório de 2001-2002, no início do ano houve uma deliberação alterando o ano base de 2001-2002 para 2002-2003, que está sendo concluído pela CT-PL, e o relatório de situação 2003 passou a ser o 2004, que está para ser licitado. Esclareceu que, iniciando o Relatório 2004, no início de 2005, nessa mesma época, deverá ser deliberado recurso para o Relatório 2005, para ser concluído em 2006, o que será impossível. A proposta é aprovar a indicação do Relatório de Situação 2004-2005, assim como está sendo feito com o 2002-2003, cancelando a indicação do 2004, a fim de otimizar o gasto dos recursos para a elaboração dos Relatórios de Situação. Mencionou que a referida Deliberação contempla, também, reservar valor um pouco maior do que o já estabelecido, de R\$ 69.000,00 aumentando para R\$ 140.000,00 e que a escolha do tomador deverá ser feita pela CT-PB, que tem essa atribuição. Sem manifestações foi colocada em votação a proposta de Deliberação CBH-PCJ nº 149/2004, apresentada, sendo a mesma aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **6. Outros assuntos:** O sr. Eduardo Paschoalotti, vice-presidente dos Comitês PCJ, agradeceu ao sr. Cláudio de Mauro, em nome dos Comitês PCJ, todo o empenho e toda dedicação que ele teve nestes quase 6 anos de

# Comitês PCJ

## Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

### Ata 2ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 05/11/2004

710 presidência, e pela ajuda e engrandecimento desse comitê a nível nacional, conquistada pela sua dedicação. O sr. Cláudio de Mauro agradeceu e mencionou que uma das coisas mais agradáveis na sua vida foi ter sido presidente dos Comitês PCJ nesse período todo, porque além de se sentir engrandecido, tem uma história de trabalho na área de recursos hídricos, mas mencionou que isso tudo não poderia ter sido feito sem o apoio constante da Secretaria Executiva e da vice-presidência. Agradeceu a todos os que, de alguma forma, contribuíram com o processo e principalmente aos funcionários do DAEE, pela

720 extraordinária forma como auxiliam a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. **7. Encerramento:** Com a palavra o prefeito de Atibaia, agradeceu a todos e mencionou que, para Atibaia, é uma alegria muito grande ter recebido todos os segmentos e representações, nesta reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Cláudio de Mauro, agradeceu a presença de todos, em especial ao Prefeito de Atibaia pela acolhida aos membros e convidados dos Comitês PCJ, e deu por encerrada a reunião.

LUIZ ROBERTO MORETTI  
Secretário-executivo  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI  
Presidente  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL